



Carta Aberta dos Povos e Comunidades Tradicionais à sociedade brasileira contra o licenciamento ambiental de exploração de petróleo da Exxon-Mobil

Em junho de 2021, lideranças comunitárias do estado de Sergipe começaram a receber ligações de forma individual notificando, sem muitas informações, a chegada da empresa Exxon Mobil ao estado. A empresa pretende instalar um empreendimento de exploração de petróleo na região e estavam a partir daquele momento iniciando a comunicação com a “população interessada”. Mas nem todas as comunidades de Sergipe (nem dos outros estados que fazem parte da área de influência do projeto) foram comunicadas.

No dia 21 de junho de 2021, o Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe chamou à empresa Exxon Mobil para uma primeira reunião solicitando mais informações sobre o empreendimento, nesta foi fornecido apenas o Relatório de Impacto Ambiental e um link do Estudo de Impacto Ambiental que não abria os arquivos. Em reunião, uma das representantes da Exxon nos afirmou que, em relação aos impactos não nos preocupássemos, pois “se algo acontecer vocês vão saber onde bater”. Apesar disso, sabemos do histórico da empresa na lentidão de medidas de reparação aos danos causados por acidentes e outros impactos negativos decorrentes da exploração marítima.

Para o impacto destes crimes não existe compensação, “as compensações não compensam a vida” (Izaltina). Esta mesma empresa já cometeu crimes ambientais em diversos países, como por exemplo a “Maré negra” no vazamento de petróleo no Alasca, acontecido em 1989 com um navio petroleiro (até 2013, o maior desastre ambiental da história dos EUA). Mas sabemos que há interesses políticos e econômicos para que este empreendimento ocorra, estes interesses não consideram os danos causados à natureza, muito menos às populações que vivem e são parte destes territórios, negligenciando impactos que podem afetar as condições de preservação da vida como um todo.

Em casos de derramamento de petróleo, como o acontecido em 2019, além de prejuízos às águas e às espécies aquáticas, também foram afetadas a saúde humana e a economia local que estão diretamente relacionadas. Este crime segue impune e não houve nenhuma ação do Estado para compensar as comunidades dos impactos sofridos. Nós comunidades vivemos do rio, do mangue e do mar e quando estas áreas são atingidas, impacta diretamente nas condições de vida da população local, afetando negativamente as condições de alimentação, saúde e a geração de renda. Vivemos das águas e somos também responsáveis pela preservação através dos nossos conhecimentos, organizamos nosso trabalho a partir deste conhecimento, afirmamos nossas identidades como comunidades, isso precisa ser considerado e não está contemplado no Estudo de Impacto Ambiental.

Em relação a este estudo (EIA/RIMA), além das fragilidades enquanto pesquisa científica, nos gerou desconfiança ao considerar que em momento algum foram ouvidas as populações locais dos territórios de influência do empreendimento. Quando a empresa pretende seguir com seu projeto de exploração de petróleo, sem acolher as realidades específicas dos territórios atingidos, sem ouvir as populações impactadas, ela também está desrespeitando um direito garantido por lei que exige que nós povos e comunidades tradicionais sejamos consultadas por meio da “**Consulta prévia, livre e informada e de boa fé**”.

Essa Consulta precisa ser realizada dentro dos tempos e modos dos povos impactados, nós que devemos decidir. Cada povo tem o direito de escolher como deve ser consultado, onde a consulta deve ocorrer, de que forma e quem deve envolver, de conhecer o empreendimento, as consequências e de decidir sobre a instalação. A Consulta Prévia, livre, informada e de boa fé é prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 1989 e foi assinada pelo Brasil por um Decreto Federal em 2004, determinando direitos específicos aos Povos Indígenas e Tribais, Quilombolas, Pescadoras e Pescadores, entre outros, que se autorreconhecem como Povos e Comunidades Tradicionais. A consulta deve ser **PRÉVIA**, pois devemos opinar sobre o empreendimento antes dele ser instalado, **LIVRE** pois não deve haver pressões por parte do governo ou empresa para que nos posicionemos e **INFORMADA** pois o governo deve disponibilizar todas as informações de forma acessível sobre o projeto/obra, para que as comunidades possamos entender o tamanho do impacto que será causado.

A conquista deste direito reconhece, entre outras coisas, que historicamente construímos maneiras



Carta Aberta dos Povos e Comunidades Tradicionais

à sociedade brasileira contra o licenciamento ambiental de exploração de petróleo da Exxon-Mobil

coletivas de convivência e cooperação com nossos territórios, organizamos, por exemplo, nossas rotinas de trabalho de acordo com as condições da natureza, influenciando em outras atividades essenciais nas comunidades. Reconhece que estes modos de organização da vida também contribuem para preservação e diversificação da natureza, logo existe um conhecimento a ser considerado e respeitado para a continuidade da vida nestes territórios. “*Se continuar como está isso vai virar história de livro*” (Djalma), vai deixar de existir espaço para ser pescadora e pescador. Perder o território é perder a identidade.

Os impactos não ocorrem apenas com o derramamento de petróleo, as atividades da empresa já começaram a gerar sofrimento social, as comunidades precisam ser informadas, mas também precisam ser ouvidas. Os espaços virtuais, como reuniões remotas, não são espaços acessíveis às comunidades, que em sua maioria, quando temos acesso à internet, não dispomos de conexão de qualidade para acompanhar os diálogos, ou não temos facilidade com o uso destas plataformas.

Por isso é necessário que os processos de consulta e posteriormente os de Audiência Pública ocorram no formato presencial, possibilitando que nós, enquanto comunidades tradicionais, tenhamos as informações necessárias e possamos nos posicionar com base nos riscos dos impactos que serão causados.

Até este momento, o IBAMA tem ignorado nosso direito às consultas prévias, livres e informadas e encaminha a próxima etapa para que a atividade de perfuração seja autorizada, que é a realização de uma Audiência Pública no formato virtual. Destacamos que os procedimentos anteriores devem ser contemplados de maneira adequada antes que ocorra a Audiência Pública, caso o IBAMA não considere segura a realização da audiência de forma presencial, é necessário que aguarde até que seja segura a realização desta forma. Não havendo condições de realizar o diálogo com as comunidades de forma presencial, o projeto como um todo deve ser adiado.

Somos povos e comunidades tradicionais de oito estados que estamos sofrendo os efeitos do derramamento de petróleo de 2019, da pandemia de Covid-19, o que resulta na dificuldade de garantir nossos alimentos, e agora a iminência de termos que nos apropriar de um estudo de impacto ambiental falho e de mais um empreendimento em nossos territórios que afeta nossas vidas. Por isso exigimos por meio desta carta:

- 1. Consultas Prévias, Livres, Informadas e de boa fé com todas as comunidades tradicionais, quilombolas e indígenas;**
- 2. Complementação do Estudo de Impacto Ambiental com: coleta de informações nos territórios, inserção do componente etnoambiental e intervenção dos órgãos IPHAN (patrimônio), ICMBio (unidades de conservação), INCRA (territórios tradicionais).**
- 3. Audiências públicas presenciais por estados somente quando tiverem sido feitos os estudos adequados e houver condições sanitárias para isso.**

30 de agosto de 2021

Assinam:

1. 350.org América Latina
2. Ação Comunitária Caranguejo Uçá
3. APESCO - Associação de Pescadores e Pescadoras de Cova da Onça
4. Articulação das Mulheres Pescadoras Artesanais Bahia
5. Articulação das Pescadoras de Pernambuco
6. Articulação Nacional das Pescadoras
7. Articulação Popular São Francisco Vivo
8. Articulação Promotores Populares Pelos Direitos dos Povos e Comunidades Tradicionais - Rio Grande do Norte.
9. Associação Comunitária Remanescentes Quilombolas Povoado Lagoa Grande Siriri - SE
10. Associação Comunitária da Comunidade Remanescente de Quilombo João Almeida da Silva - Quilombo



Carta Aberta dos Povos e Comunidades Tradicionais

à sociedade brasileira contra o licenciamento ambiental de exploração de petróleo da Exxon-Mobil

Forte Cumbe - SE

11. Associação Comunitária da Comunidade Remanescente de Quilombo Terra-Dura e Coqueiral - Capela - SE
12. Associação Comunitária da Comunidade Remanescente do Quilombo Bongue – SE
13. Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo do Brejão dos Negros Santa Cruz
14. Associação da comunidade tradicional dos pescadores artesanais da Resina
15. Associação das Catadoras e Catadores de Mangaba do Município de Barra dos Coqueiros (ACMBC)
16. Associação das Marisqueiras, e Ostrecutora de Macau - RN
17. Associação das Pescadoras e Marisqueiras do Povoado Porto do Mato Estância Sergipe
18. Associação das Pescadoras e Pescadores de Tejucupapo - Goiana/PE;
19. Associação das Populações Tradicionais da Praia do Saco
20. Associação de Comunicação e Cultura Ponta do Tubarão – Macau/RN
21. Associação de Moradores do Distrito Santa Terezinha (AMDST)
22. Associação de pescadores de Brejo Grande
23. Associação de Pescadores e Marisqueiras Quilombo da Cambuta Frutos do Mar santo Amaro BA
24. Associação de Pescadores e Pescadoras de Lagoa do Currálinho, Juazeiro/BA
25. Associação de Pescadores e Pescadoras Quilombola de Graciosa
26. Associação de Remanescentes de Quilombo Mocambo
27. Associação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo Ladeiras Japoatã - SE
28. Associação do território da comunidade Remanescente de Quilombo Pontal da Barra
29. Associação do Território dos Remanescentes do Quilombo Mocambo Aquidabã - SE
30. Associação Dona Paqueza Piloto Caraibas/Canhoba –SE
31. Associação dos Jangadeiros Artesanais do Município de Barra de Santo Antônio – AJAMBASA
32. Associação dos Moradores do Sítio Jardim.
33. Associação dos Pescadores e Pescadoras da Praia de Carne de Vaca - Goiana/PE;
34. Associação dos Pescadores e Pescadoras, Marisqueiros e Marisqueira de Povoação de São Lourenço - Goiana/PE;
35. Associação dos Remanescentes de Quilombo de São Braz ASSINA
36. Associação Fórum Suape Espaço Socioambiental
37. Associação pela cidadania dos pescadores e moradores de Terra Caida (ASPECTO) Indiaroba Serigipe
38. Associação Quilombola De Dom João São Francisco do Conde Bahia
39. Associação Quilombola de Povoação de São Lourenço - Goiana/PE
40. Associação Quilombola do Bem Estar Sítio Tupete- AL
41. Associação Quilombola do Povoado Bela Vista - Quebra Chifre - SE
42. Associação Quilombola e Pescadores de Bananeiras Ilha de Maré Salvador Bahia
43. Associação Quilombola Ilha de Mercês-PE
44. Associação Remanescente de Quilombo Comunidade Ruruanha 2 – Estancia – SE
45. Associação Remanescente de Quilombo Curanha – Estância/ Sergipe.
46. Associação remanescente de Quilombo Dom José Brandão de Crasto / Brejo Grande - SE
47. Associação Quilombola de Pescadores e Lavradores dos Quilombos do distrito de Guai -Maragogipe - Bahia
48. Associação Remanescente de Quilombo Manoel Bernardo dos Santos - SE
49. Associação Remanescente de Quilombola do Povoado Carapitanga - Território Quilombola Brejão dos Negros –SE
50. Associação Remanescente de Quilombos de Acupe - BA
51. Black Money RN- Rio Grande do Norte
52. Centro Ama-Goa de Meio Ambiente e Cultura - Macau/RN
53. Centro de Promoção de Desenvolvimento Sustentável Osogunlade
54. Centro Social Pio XI - Macau/RN
55. COLAPSO - Natureza e Sociedade (UFBA)
56. Coletivo Alvorada BH
57. Coletivo Brasil-Alemanha pela Democracia ;
58. Coletivo de Assessoria Cirandas - Núcleo Rio Grande do Norte.
59. Collectif Alerte France Brésil / Md18
60. Colônia dos Pescadores z 16 de Brejo Grande – SE
61. Colônia dos Pescadores Z 02 Vieira Lima - Pontal da Barra - Maceió - AL
62. Colônia dos Pescadores Z 04 Santo Antônio - Bebedouro - Maceió- AL
63. Colônia dos Pescadores Z 05 de Tamandaré/PE
64. Colônia dos Pescadores Z 06 de Barra de Sirinhaem/PE
65. Colônia dos Pescadores Z 07 do Rio Formoso/PE.



Carta Aberta dos Povos e Comunidades Tradicionais

à sociedade brasileira contra o licenciamento ambiental de exploração de petróleo da Exxon-Mobil

66. Colônia dos Pescadores Z 08 do Cabo/PE
67. Colônia dos Pescadores Z 09 de São José da Coroa Grande/PE
68. Colônia dos Pescadores Z 10 de Itapissuma/PE Colônia dos Pescadores Z 55 de Gameleira/PE
69. Colônia dos Pescadores Z 14 de Goiana/PE
70. Colônia dos Pescadores Z 21 - Santo Amaro - Paripueira -AL
71. Colônia dos Pescadores Z 22 de Barreiros/PE
72. Colônia dos Pescadores Z 23 de Petrolândia/PE
73. Colônia dos Pescadores Z 25 de Jaboatão dos Guararapes/PE
74. Colônia dos Pescadores Z 29 de Floresta/PE
75. Colônia dos Pescadores Z 31 de Serrita/PE
76. Colônia dos Pescadores Z18 de Lagoa do Carro/PE
77. Comissão de Justiça e Paz de Macau - Macau/RN
78. Comissão Nacional de Fortalecimento das Resex Costeiras e Marinhas - CONFREM - AL
79. Comissão Pastoral da Terra – Bahia
80. Comitato Italiano Lula Livre
81. Comité Libérez Lula - Paris
82. Conselho Indigenista Missionário CIMI
83. Conselho Pastoral dos Pescadores - Regional BA/Se
84. Conselho Pastoral dos Pescadores Ne2
85. DDB NY Defend Democracy in Brazil New York
86. Federação dos Pescadores do Estado de Pernambuco – FEPEPE
87. Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais de Sergipe
88. Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz Ceará
89. Gambá - Grupo Ambientalista da Bahia
90. Grupo de Articulação de Matriz Africana e Ameríndio- GAMA- Natal/ Rio Grande do Norte
91. Grupo de Mulheres Produtoras Quilombola – GRUMAQ
92. Grupo de Pesquisa GeografAR (UFBA)
93. Grupo de Pesquisa sobre Gênero, Trabalho e Territórios - GENTTES/UFAL
94. Comunidade Quilombola do Pirangi - Capela/SE
95. Grupo Produtivo das Pescadoras e Artesãs do povoado Bonsucesso
96. Grupo Terra Preta - Salvador/ Bahia.
97. Juventude Franciscana do Brasil - JUFRA
98. Laboratório de Etnobiologia e Etnoecologia (LETNO-UEFS)
99. Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC/UFPE)
100. Laboratório de Saúde, Ambiente e Trabalho - LASAT/FIOCRUZ-PE
101. Manifesto Brasil Social, Zurique
102. Marcha Mundial de Mulheres
103. Marsol - laboratório de gestão territorial e educação popular da Ufba
104. Movimento das Marisqueiras de Sergipe
105. Movimento de Mulheres Camponesas MMC
106. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais Bahia
107. Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais de Pernambuco.
108. Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras por Direitos (MTD)
109. Movimento Organizado dos Trabalhadores Urbanos (MOTU)
110. Movimento Quilombola de Sergipe
111. MPP Movimento de Pescadoras e Pescadores Artesanal do Brasil
112. NUNEQ - Núcleo de Mulheres Empreendedoras Quilombolas da Comunidade Quilombola Luzienses no Distrito Crasto - Santa Luzia do Itanhy - SE
113. Observatório da Natureza do Levante das mulheres Brasileiras
114. Paróquia Nossa Senhora da Conceição Macau/RN
115. Rede de Mulheres Pescadoras da Costa dos Corais - AL
116. Rede Mandacaru - Natal / Rio Grande do Norte
117. Serviço de Assistência Rural e Urbano - SAR.
118. Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Brejo Grande
119. Sindpesca- Rj em Magé, Rio de Janeiro. Sindicato dos Pescadores Profissionais, Pescadores Artesanais, Aprendizes de Pesca, Pescadores Amadores, Maricultores, Aquiculturas, Piscicultores (2010).
120. FASE - ES
121. Campanha Nem um Poço a Mais
122. Instituto Uruçu



Carta Aberta dos Povos e Comunidades Tradicionais

à sociedade brasileira contra o licenciamento ambiental de exploração de petróleo da Exxon-Mobil

123. Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía de Guanabara - AHOMAR
124. Associação Amigos de Piaçabuçu - Olha o Chico - Piaçabuçu - AL ,
125. Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
126. Coletivo Alvorada BH

Assinaturas Internacionais

- 1) ALMA- África y Latinoamérica en Mallorca - Palma de Maiorca, Espanha
- 2) Asociación Brasileña Maloka – Madri, Espanha
- 3) Brasil Ativo Press – Barcelona, Espanha
- 4) Coletivo Amsterdam pela Democracia - Holanda
- 5) Coletivo Brasil-Alemanha pela Democracia – Berlim, Alemanha
- 6) Coletivo Brasil-Alemanha pela Democracia - Núcleo Freiburg, Alemanha
- 7) Coletivo Brasil Catalunya – Espanha
- 8) Coletivo Luta Contra o Fascismo no Brasil – Berlim, Alemanha
- 9) Coletivo pelos Direitos no Brasil – Madri, Espanha
- 10) Coletivo por Um Brasil Democrático (CPBD-LA)- Los Angeles, USA
- 11) Collectif Alerte France Brésil / MD18 - Paris, França
- 12) Comitato Italiano Lula Livre – Roma, Itália
- 13) Comité Libérez Lula – Paris, França
- 14) Comitê Lula Livre UK - FREE LULA - Londres, UK
- 15) Defend Democracy in Brazil New York (DDB NY), USA
- 16) Democracy for BRASIL UK
- 17) DESMASCARANDO O BOLSONARO JÁ! - Alemanha
- 18) FIBRA Frente Internacional Brasileira
- 19) GRUPO FORA BOLSONARO/MOURÃO- Frankfurt Am Main- Alemanha
- 20) Hamburgo pela Democracia no Brasil Alemanha
- 21) Manifesto Brasil Social – Zurique, Suíça
- 22) Mulheres Brasileiras contra o Fascismo e Racismo – Barcelona, Espanha